

Bigi acusa tecnocratas e pede a Constituinte

CARLOS DE OLIVEIRA

"A abertura é um processo extremamente frágil", diz em entrevista à "Folha" o advogado José de Castro Bigi, presidente da seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil. Para Bigi, a abertura corre o risco "de caminhar passo a passo para uma série de medidas adotadas pelos tecnocratas, que muitas vezes buscam até conturbar o panorama sócio-econômico".

Lembrando o caso dos incidentes ocorridos na Bahia, a partir do aumento das tarifas de ônibus e outros fatos semelhantes, Bigi critica os tecnocratas e vê no momento atual brasileiro três correntes: a do Presidente da República, "desejando o processo de abertura"; a sociedade civil, "que sempre desejou esse processo"; e finalmente, "aqueles que combatem esse processo".

O resultado de um confronto entre estes três setores, faz com que Bigi espere para o País um quadro de dificuldades até as eleições. "Eleições não é o fim de tudo", diz ele, lembrando que o caminho normal seria uma Assembleia Constituinte.



Para Bigi, os tecnocratas podem prejudicar a abertura.

"Atentados são semelhantes"

"Folha" — Há um ano a sede da OAB, no Rio, sofreu um atentado, que causou a morte de d. Lida Monteiro. Há alguns dias, o filho de d. Lida lamentou o tratamento dado ao caso e o fato de até agora os autores não terem sido descobertos. Como o senhor vê essa questão?

Bigi — O caso do atentado à OAB é muito semelhante ao do Riocentro. A sociedade civil não tem condição de forçar um inquérito que realmente chegasse a conclusões positivas. Os órgãos encarregados de apuração desses atentados, por uma razão ou outra, não têm atuado com a eficiência, por exemplo, do passado. Nos atos terroristas que foram praticados por organizações de esquerda, esses órgãos de investigação tiveram pronta atuação. Basta lembrar o caso do sequestro do embaixador americano, onde praticamente os órgãos policiais-militares já sabiam tanto dos autores como da própria localização. Só não intervieram por um receio de causar a morte do embaixador, mas foram bastante eficientes. Agora, no reverso da medalha, porque não se caracteriza nesses atentados ação de nenhum organismo de esquerda radical, a mesma eficiência deixa de existir. Esta é uma indagação que se coloca a toda a Nação brasileira: por que isso?

"Folha" — O sr. teria alguma idéia do por quê?

Bigi — Não tenho idéia, a não ser que realmente não haja um interesse de se levar a cabo as investigações que poderiam, talvez, redundar no aparecimento de culpados que viessem comprometer alguma parte daqueles que não se conformam com o processo de abertura.

"A abertura ainda é um processo frágil"

"Folha" — Como o sr. vê a abertura democrática no País?

Bigi — Bem, a abertura ainda é um processo extremamente frágil, dependendo de uma série de circunstâncias, combatida por uma ala que não deseja que esse processo se alargue e correndo o risco de caminhar passo a passo para uma série de medidas adotadas pelos tecnocratas que, a meu ver, muitas vezes buscam até conturbar o panorama sócio-econômico.

"Folha" — O sr. teria exemplos?

Bigi — O exemplo típico é o caso dos ônibus, na Bahia, com um aumento de 61%. Será que o poder criativo, o poder imaginativo dos tecnocratas que estão à frente da Prefeitura de Salvador não teria outra solução, do que pura e simplesmente aumentar as tarifas? Logo depois nós temos notícias de que o ministro dos Transportes deseja trocar os cobradores dos ônibus por "borboletas". Seria mais uma leva de desempregados. São Paulo tem uma curiosa solução para o problema dos transportes urbanos, que é retirar os assentos dos ônibus. Então, tudo isso vai gerando um clima de insatisfação e, contrariamente até à índole do homem brasileiro, acaba em ocorrências como as de Salvador. É claro que depois que a ocorrência explode, pode ser que ela venha a ser trabalhada por ativistas radicais. Mas no meu primeiro impulso nós temos que convir que é um ato de defesa do povo. Os alugueiros vão subir 86%. Não há outra solução? O BNH, 72%. Então, pode-se crer naquela denúncia do senador Roberto Saturnino (PMDB-RJ) à Nação, no sentido de que havia todo um trabalho de exacerbação feito pelos tecnocratas, visando a, evidentemente, tumultuar, desestabilizar e visando até, num lance final, ao desaparecimento do processo de abertura; não obstante, com toda a lealdade, eu deixo reconhecer a honestidade do Presidente da República quanto a esse processo. Mas a continuar nessa onda ... existe uma escalada de atitudes partidas da área tecnocrata, que vai aquecendo cada vez mais o ambiente social. Tem mais a Previdência, os boatos das cadernetas de poupança, levando a um paroxismo, talvez tentando repetir o clima de 1968, quando outro Presidente, que também lealmente procurava fazer com que o País retornasse ao regime democrático, acabou tendo de editar o AI-5, num paroxismo sempre causado por aqueles que detêm o comando da política financeira. E um resquício da época mais dura dos regimes brasileiros, esses mesmos comandantes, dessa área econômico-financeira, não têm o mínimo respeito pelo povo, porque chamados a dar explicações, o que se ouve é que ou a solução é burra, ou é idiota. Não apresentam nenhum outro quadro mais humano nem explicações mais convincentes que pudessem até engajar o povo num plano nacional de sacrifícios. Isso é uma tônica que se vê todos os dias. Então, de um lado nós temos o Presidente da República e os seus seguidores, desejando o processo de abertura; de outro lado nós temos a

sociedade civil brasileira, que sempre desejou esse processo e que pressionou até para que o chamado Sistema viesse a adotá-lo; e no outro plano nós temos aqueles que combatem esse processo.

"Folha" — O sr. acredita num confronto desses três setores e estaria pessimista quanto aos resultados?

Bigi — Pessimista não, porque acredito na conscientização da nossa sociedade, no sentido até de evitar escorregar nessas cascas de banana que estão sendo colocadas deliberadamente no processo de abertura. Não sou pessimista, mas acho que atravessaremos uma quadra de dificuldades em torno do processo de abertura. Quero crer que elas sejam superadas e que se possa caminhar até as eleições. Eleição não é o fim de tudo. Eleição é apenas um meio. Quer dizer, nós não estamos aqui defendendo um pensamento liberal bacharelesco. Há muito mais a ser feito do que apenas eleições.

"Folha" — O que, por exemplo?

Bigi — Nós temos, realmente, que procurar constituir uma nova ordem política, jurídica, social, econômica, consentânea com os tempos de hoje. Preenchidos certos pressupostos, o caminho normal seria a Assembleia Constituinte.

"Folha" — Para o sr., qual é a importância da Constituinte?

Bigi — A Constituinte em si não seria a solução. Mas a Constituinte, preenchidos certos pressupostos e um Congresso convocado para isso, que pudesse, através de uma gama partidária, representar as várias tendências nacionais, poderia chegar a um novo pacto social. Problemas, por exemplo, como o da Previdência Social, do BNH, poderiam ser equacionados dentro da parte referente à ordem econômica da Constituição. É claro que eu não estou dizendo que a Constituição deve ter leis específicas sobre a matéria, mas parâmetros que impedissem esta avalanche de aumentos constantes, a única solução que os nossos tecnocratas têm encontrado para os seus problemas.

"Folha" — O sr. considera imprescindível a convocação da Constituinte como forma de consolidação da democracia?

Bigi — Eu acho que ela viria complementar tudo isso, institucionalizando e equacionando, dando uma vida partidária estável. Seria necessária, sim.

"Advogado e ditadura não têm convivência"

"Folha" — Entre as várias sugestões de viabilização da Constituinte, qual delas é a melhor. A concessão de poderes constituintes ao atual Congresso ou uma convocação específica?

Bigi — Eu defendo a eleição específica para uma Constituinte, desde que reorganizada a vida partidária e que os partidos brotassem de baixo para cima e não de cima para baixo, numa representatividade de todas as correntes de pensamento, sejam quais fossem, sem nenhuma restrição. Poderíamos chegar a uma média, que seria a própria média do pensamento brasileiro, expresso nas urnas convocadas para essa Constituinte.

"Folha" — Nesse sentido, qual deve ser o papel do advogado no trabalho de consolidação da democracia?

Bigi — O advogado militante não tem como conviver com regimes de força. A ditadura é incompatível com a independência e com a autonomia que devem nortear a função do advogado. Ele é um produto do Direito, um cultor do Direito e sabe que o Direito é a aplicação de lei justas, que procurem abordar os fatos sociais, equacioná-los, resolvê-los. O nosso papel é esse: um trabalho constante para a recuperação do primado do Direito sobre colocações, hoje, eminentemente tecnocratas. Enquanto o advogado é incompatível com a ditadura, eu quero crer que o tecnocrata é (citando Carlos Lacerda) incompatível com a democracia, com a liberdade.

"Folha" — Como o sr. define a atuação da OAB, tanto do ponto de vista político como profissional?

Bigi — A Ordem tem dois pólos de atividades: o específico, no qual ela trata dos problemas inerentes à classe, e o pólo externo. Ela acabou ocupando um espaço na ausência da vocação partidária, porque com o desaparecimento dos partidos políticos, da importância do Parlamento, formou-se um vácuo do pensamento nacional. Esse vácuo acabou sendo preenchido por entidades da sociedade civil. Não que eles quisessem ou que elas lutassem por essa participação. Mas elas foram naturalmente atendendo ao reclamo da sociedade civil, que se sentia desamparada, ocupando o lugar que deveria pertencer à política. Mas a política sofreu um ataque de menosprezo, de humilhação, como se fazer política fos-

se como portar uma doença. Nessa ausência foram surgindo entidades como a Ordem, a ABI e como a Igreja. Hoje, já com o processo de abertura caminhando, os políticos vão recuperando esse espaço e vai diminuindo, evidentemente, a ação desses órgãos, nesse campo. Não que a Ordem vá refluir exclusivamente para o seu pólo interno. Mas a função desses órgãos já não é tanto de luta para conseguir a anistia, o habeas corpus, os predicamentos da magistratura, mas já seria quase como constituindo-se uma retaguarda aos próprios partidos políticos, na luta pela consolidação. Nós deixaríamos de ser os únicos agentes da reconquista do Estado de Direito, em termos amplos, para nos transformarmos, hoje, em órgãos que ajudam essa consolidação. Quando nós tivermos um regime democrático perfeito, então a ABI, a Igreja, a Ordem passarão a cuidar de suas questões específicas, porque numa democracia a defesa dos direitos humanos pertence ao Estado.

"O ponto de partida é uma nova Constituição"

"Folha" — Qual seria o instrumento mais urgente para se chegar à ordenação jurídica defendida há pouco pelo senhor?

Bigi — Nós voltamos ao mesmo ponto, quer dizer, para se construir uma nova ordem nesse sentido, nós teremos de consubstanciar numa nova Constituição. E o ponto de partida. Não é tudo, é talvez um terço do caminho, mas é por aí que se começa.

"Folha" — Além desse, haveria algum instrumento mais específico?

Bigi — No atual quadro político brasileiro, para que nós pudessemos atingir esse caminho, seria necessário uma conscientização muito grande da desnecessidade ou da irrelevância das radicalizações. É inútil a busca de um confronto e a radicalização só serve para ajudar aqueles que buscam exterminar o processo de abertura. Isso não quer dizer que não se lute, não se proteste, não se aja. Mas o protesto, a ação, a atividade, devem ser feitos em termos tais que venham a ser respeitados, que tenham a simpatia do próprio povo. Por exemplo, Salvador. Eu reconheço o desamparo e o desespero do povo. Mas reconheço também que lideranças conscientes teriam a obrigação de evitar a repetição do segundo ou do terceiro surto, mostrando o erro político que se estava cometendo e a absoluta inadequação da ação ao resultado que se quer. Acho que neste campo há necessidade daqueles que detêm alguma parcela de liderança de agir neste sentido, para que não se diga, amanhã, que não há condição de tratar da inflação, da imposição de medidas econômicas, sem que tenhamos o Congresso fechado, que estejamos dentro de um regime de ditadura. É perfeitamente possível a convivência do problema sócio-econômico-financeiro com o político. Acho que também é uma parcela de responsabilidade do advogado mostrar o erro da radicalização, das fanfarronadas e das agressões verbais, que não vão levar a nada.

"Folha" — Fala-se muito, atualmente, na transformação do sistema de governo presidencialista em parlamentarista. Qual a sua opinião a respeito?

Bigi — Eu me convenci de que o Parlamentarismo seria um regime mais fácil de garantir a democracia, do que o Presidencialismo. Há algum tempo a "Folha" realizou um painel de debates e levantamos a questão do Parlamentarismo. Ele é um sistema mais elástico, torna o poder mais abstrato, menos vinculado à pessoa física. A deposição de um presidente da República é um processo traumático. Se a modificação fosse de um primeiro-ministro, não significaria a perda do poder físico, porque o poder reside no próprio Parlamento. Ele, pelas suas engrenagens políticas, modifica: ou o poder retorna ao mesmo grupo que tinha a maioria ou desaparecendo essa maioria, o poder se transfere à nova maioria que se forma legitimamente. Acho que, principalmente nos países da América Latina, nos países de sangue quente, no próprio Brasil, a palavra queima e às vezes por causa de uma frase, de um dito mais agressivo, cria-se uma verdadeira crise nacional. Vejamos a demissão do ministro Golberri do Couto e Silva. É uma demissão normal, um ministro que se demite e é substituído por outro. Houve uma crise rapidamente conjugada, mas imaginemos que fosse a substituição do próprio presidente da República. O País estaria evidentemente mergulhado numa grande crise. O regime parlamentarista, para esta época brasileira, viria realmente prestar um grande benefício à democracia.